

STF: bala perdida é responsabilidade do Estado

A partir de caso no Rio, ministros fixam tese de repercussão geral que permite a indenização por mortes ou ferimentos durante ações de segurança em que nem a perícia consegue determinar a origem do disparo

DANIEL GULLINO
dan.gullino@globo.com.br

O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu ontem que os governos devem ser responsabilizados na área cível, o que permite o pagamento de indenizações, quando há mortos e feridos por balas perdidas em operações de agentes de segurança pública. A responsabilização não ocorrerá somente se a União, o estado ou o município provarem que não houve participação direta de policiais. Os ministros também definiram que o fato de uma perícia não ter conseguido identificar a origem do disparo não é suficiente para retirar a responsabilidade estatal.

O entendimento foi estabelecido a partir do caso de um homem morto por uma bala perdida em casa em um tiroteio envolvendo o Exército no Complexo da Maré, na Zona Norte do Rio, em abril de 2015. No mês passado, os ministros já haviam decidido que a família da vítima deveria receber indenização. No julgamento de ontem, foi definida a tese de repercussão geral, que deverá ser utilizada em todos os casos semelhantes, a partir da primeira decisão.

— Às vezes você não é capaz de determinar de onde veio o tiro. Mas se estiver uma operação policial local, há responsabilidade. Mas frequentemente a perícia é capaz de determinar. Dentre outras coisas, e por uma razão muito triste, porque com muita frequência, o armamento do crime é mais poderoso do que o da polícia — afirmou o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, durante a análise.

O relator do caso, Edson Fachin, afirmou que os governos estaduais precisam ter um setor técnico qualificado para realizar as perícias, que serão fundamentais para esclarecer os casos e determinar as responsabilidades.

— A atividade da perícia aqui é fundamental, relevante imensamente para que se possa apurar a realidade dos fatos e para aportar elementos suficientes para a responsabilização — defendeu Fachin. — Isso significa que especialmente os estados devem ter um aparato técnico e de recursos humanos, com autonomia administrativa e financeira, para realizar essas perícias.

No conflito que levou a questão ao Supremo, a perícia não concluiu a origem do disparo que matou Vanderlei Conceição de Albuquerque, de 34 anos, que estava em sua residência, na Vilas Pinheiros. A família apresentou um pedido de responsabilização, mas ele foi negado na primeira e na segunda instância.

Vanderlei foi atingido durante um tiroteio entre traficantes e integrantes da Força de Pacificação do Exército, que ocuparam a Maré, em que três soldados foram atingidos. Ele chegou a ser levado para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da comunidade, mas não resistiu.

TESES DIVERGENTES
O julgamento havia começado no plenário virtual, mas depois foi transferido ao plenário físico para os ministros chegarem a um consenso. Antes disso, quatro propostas para tese de repercussão geral foram apresentadas. Fachin havia sugerido que "sem perícia conclusiva que afaste o nexo, há responsabilidade do Estado pelas causalidades em operações de segurança pública". Desta forma, haveria responsabilidade em todas as mortes por bala perdida durante operações policiais.

Alexandre de Moraes tinha defendido que a indenização deveria ser paga somente com "comprovação de que o projétil partiu dos agentes do Estado". Na proposta de André Mendonça, a responsabilização só poderia ocorrer quando, além da perícia for inconclusiva, for "plausível o alvejamento por agente de segurança pública".

A quarta tese, sugerida por Cristiano Zanin, era de que uma perícia inconclusiva não é suficiente, por si só, para afastar a responsabilidade civil do Estado. Além disso, o Poder Público teria que demonstrar um "excludente de responsabilidade".



Debate em plenário. Ministros discutiram propostas para definir quando se pode atribuir a União, estados ou municípios a responsabilidade na área cível



O começo. Exército no Complexo da Maré, em 2015. Tiroteio fez família de homem morto em casa pedir indenização

A TESE QUE OS MINISTROS APROVARAM

Responsabilidade

O Estado é responsável, na esfera cível, pela morte pelo ferimento decorrente de balas perdidas em operações de segurança pública, nos termos da teoria do risco administrativo. Com isso, é possível o pagamento de indenizações aos feridos ou aos parentes das vítimas.

O âmbito da prova

Cabe ao ente federativo, seja a União, os estados ou os municípios, demonstrar eventuais excludentes dessa responsabilidade civil por ferimentos e mortes em ações de segurança.

Ônibus da perícia

A perícia inconclusiva sobre o disparo fatal durante operações em que houver mortos ou feridos não gera presunção de responsabilidade civil do Estado, por constituir um elemento que aponta indícios, mas não oferece provas definitivas.

— A busca pessoal independente de mandato judicial deve estar fundada em elementos indiciários objetivos de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, não sendo lícita a realização da medida com base na raça, sexo, orientação sexual, cor da pele ou aparência física", determinou o texto aprovado pelos ministros.

A Corte analisou um pro-

cesso que discutiu se eram válidas as provas obtidas pela polícia quando sua abordagem ao suspeito teve o uso de critérios raciais.

Assim, o debate foi sobre a possibilidade de "filtragem racial" ou o "perfilamento racial", em que há uma pressuposição de policiais a tratar alguém como suspeito com base apenas na cor da pele ou de outro aspecto da aparência.

A tese aprovada pelos ministros se baseou no Código de Processo Penal para estabelecer o que não pode ser feito nestas situações. O código autoriza a abordagem nos casos em que houver uma "fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito". O entendimento foi feito

a partir do caso do barbeiro Francisco Cicero dos Santos Júnior, preso em Bauria (SP) com 1,53 gramas de cocaína em maio de 2020 e condenado a sete anos e 11 meses de prisão por tráfico de drogas. A Defensoria Pública recorreu da sentença alegando que o fato de ele ser negro foi o que motivou a abordagem.

O recurso foi baseado em declarações dos próprios policiais que revistaram a prenderam Francisco, nos autos da investigação. Um deles declarou no inquérito que "avistou ao longe um indivíduo de cor negra que estava em cena típica de tráfico de drogas, uma vez que ele estava em pé junto a um veículo estacionado junto a ele, como se estivesse vendendo ou comprando algo".

Além disso, ele acrescentou que "ao se aproximarem da rua Santa Teresa, viram um indivíduo negro que servia algum usuário de droga em um carro de cor clara".

CONDENAÇÃO MANTIDA
Na análise do caso em si, os ministros decidiram, por sete votos a três, que não houve racismo na abordagem, porque havia outros elementos que permitiam a realização da

busca. Assim, a condenação inicial foi mantida. O voto do ministro André Mendonça afastando o perfilamento racial como único motivo de suspeita contra Francisco foi seguido por Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Nunes Marques, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Gilmar Mendes.

Relator do caso, Edson Fachin, que votou pela anulação das provas por considerar que a polícia decidiu revistar o suspeito por ele ser negro, foi seguido apenas por Luís Fux e Luís Roberto Barroso, presidente da Corte. Entretanto, a tese delineada pelos ministros seguiu as mesmas bases de uma proposta feita por Fachin em seu voto.

Francisco já cumpria pena por tráfico, reduzida pelo Superior Tribunal de Justiça para dois anos e 11 meses. Em entrevista ao gl, em março do ano passado, o barbeiro disse que a condenação levou em conta tanto a droga que levava quanto o dinheiro com que estava, mas negou que tivesse recebido pagamento por tráfico. (Daniel Gullino)

busca. Assim, a condenação inicial foi mantida. O voto do ministro André Mendonça afastando o perfilamento racial como único motivo de suspeita contra Francisco foi seguido por Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Nunes Marques, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Gilmar Mendes.

Relator do caso, Edson Fachin, que votou pela anulação das provas por considerar que a polícia decidiu revistar o suspeito por ele ser negro, foi seguido apenas por Luís Fux e Luís Roberto Barroso, presidente da Corte. Entretanto, a tese delineada pelos ministros seguiu as mesmas bases de uma proposta feita por Fachin em seu voto.

Francisco já cumpria pena por tráfico, reduzida pelo Superior Tribunal de Justiça para dois anos e 11 meses. Em entrevista ao gl, em março do ano passado, o barbeiro disse que a condenação levou em conta tanto a droga que levava quanto o dinheiro com que estava, mas negou que tivesse recebido pagamento por tráfico. (Daniel Gullino)

busca. Assim, a condenação inicial foi mantida. O voto do ministro André Mendonça afastando o perfilamento racial como único motivo de suspeita contra Francisco foi seguido por Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Nunes Marques, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Gilmar Mendes.

Relator do caso, Edson Fachin, que votou pela anulação das provas por considerar que a polícia decidiu revistar o suspeito por ele ser negro, foi seguido apenas por Luís Fux e Luís Roberto Barroso, presidente da Corte. Entretanto, a tese delineada pelos ministros seguiu as mesmas bases de uma proposta feita por Fachin em seu voto.

Francisco já cumpria pena por tráfico, reduzida pelo Superior Tribunal de Justiça para dois anos e 11 meses. Em entrevista ao gl, em março do ano passado, o barbeiro disse que a condenação levou em conta tanto a droga que levava quanto o dinheiro com que estava, mas negou que tivesse recebido pagamento por tráfico. (Daniel Gullino)

busca. Assim, a condenação inicial foi mantida. O voto do ministro André Mendonça afastando o perfilamento racial como único motivo de suspeita contra Francisco foi seguido por Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Nunes Marques, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Gilmar Mendes.

Relator do caso, Edson Fachin, que votou pela anulação das provas por considerar que a polícia decidiu revistar o suspeito por ele ser negro, foi seguido apenas por Luís Fux e Luís Roberto Barroso, presidente da Corte. Entretanto, a tese delineada pelos ministros seguiu as mesmas bases de uma proposta feita por Fachin em seu voto.

Francisco já cumpria pena por tráfico, reduzida pelo Superior Tribunal de Justiça para dois anos e 11 meses. Em entrevista ao gl, em março do ano passado, o barbeiro disse que a condenação levou em conta tanto a droga que levava quanto o dinheiro com que estava, mas negou que tivesse recebido pagamento por tráfico. (Daniel Gullino)

Raça não justifica abordagem policial, confirma Supremo

Orientação sexual ou aparência física também não podem ser motivo

O Supremo Tribunal Federal definiu ontem que a busca pessoal sem mandato por policiais não pode ser realizada com base em raça, sexo, orientação sexual, cor da pele ou aparência física. A tese de repercussão geral será utilizada para orientar abordagens policiais sem ordem judicial.

"A busca pessoal independente de mandato judicial deve estar fundada em elementos indiciários objetivos de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, não sendo lícita a realização da medida com base na raça, sexo, orientação sexual, cor da pele ou aparência física", determinou o texto aprovado pelos ministros.

A Corte analisou um pro-

cesso que discutiu se eram válidas as provas obtidas pela polícia quando sua abordagem ao suspeito teve o uso de critérios raciais.

Assim, o debate foi sobre a possibilidade de "filtragem racial" ou o "perfilamento racial", em que há uma pressuposição de policiais a tratar alguém como suspeito com base apenas na cor da pele ou de outro aspecto da aparência.

A tese aprovada pelos ministros se baseou no Código de Processo Penal para estabelecer o que não pode ser feito nestas situações. O código autoriza a abordagem nos casos em que houver uma "fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito". O entendimento foi feito

a partir do caso do barbeiro Francisco Cicero dos Santos Júnior, preso em Bauria (SP) com 1,53 gramas de cocaína em maio de 2020 e condenado a sete anos e 11 meses de prisão por tráfico de drogas. A Defensoria Pública recorreu da sentença alegando que o fato de ele ser negro foi o que motivou a abordagem.

O recurso foi baseado em declarações dos próprios policiais que revistaram a prenderam Francisco, nos autos da investigação. Um deles declarou no inquérito que "avistou ao longe um indivíduo de cor negra que estava em cena típica de tráfico de drogas, uma vez que ele estava em pé junto a um veículo estacionado junto a ele, como se estivesse vendendo ou comprando algo".



Não ganhou mas levou. Tese usou argumento de voto vencido de Fachin



"A busca pessoal independente de mandato judicial deve estar fundada em elementos indiciários objetivos"

Tese do STF de repercussão geral para abordagem policial

Além disso, ele acrescentou que "ao se aproximarem da rua Santa Teresa, viram um indivíduo negro que servia algum usuário de droga em um carro de cor clara".

CONDENAÇÃO MANTIDA
Na análise do caso em si, os ministros decidiram, por sete votos a três, que não houve racismo na abordagem, porque havia outros elementos que permitiam a realização da